

# OMISSÃO DA SOCIEDADE CIVIL ASSEGURA USURPAÇÃO DO PÚBLICO

**Sistemas de comunicação gigantescos, descomprometidos com o interesse público e estruturados a partir do rádio e da televisão, agora avançam para o controle das novas tecnologias, sem reação correspondente da sociedade civil.**

Trabalho apresentado por Daniel Herz no GT Políticas de Comunicação no Brasil da Sociedade de Estudos Interdisciplinares da Comunicação (Intercom), no seu XV Congresso, 14 a 17/10/92, em São Bernardo do Campo - SP.

Em fevereiro de 1988, técnicos da Fundação Oswaldo Cruz, do Rio de Janeiro, constataram que três lotes de **gama-globobulina** do laboratório **Behring** continham anti-corpos **anti-HIV** e podiam contaminar os seus consumidores com o vírus da AIDS. O Ministério da Saúde, por isso, determinou a apreensão, em todo o país, deste medicamento utilizado principalmente por hemofílicos. Determinou também a interdição cautelar de outros oito medicamentos derivados de sangue, também suspeitos de contaminação.

Uma repórter da **Rede Globo**, em Brasília, foi escalada em 26 de fevereiro para fazer uma reportagem sobre o assunto. Essa repórter desde logo constatou uma atitude negligente do Ministério da Saúde. O Secretário Nacional de Vigilância Sanitária, Ronald Rahde, informava que no dia anterior havia enviado um telex às secretarias estaduais de saúde. Mas neste dia 26, sequer a Secretaria de Saúde do Distrito Federal tinha conhecimento do comunicado. A repórter também constatou que a **gamaglobulina** podia ser adquirida em farmácias de Brasília. Era sexta-feira e Rahde alegava dificuldades para mobilizar os técnicos da Secretaria para a apreensão do medicamento.

O ministro Borges da Silveira, da Saúde, também mostrava-se conformado com as dificuldades na apreensão da **gamaglobulina**, embora chegasse a lembrar que muitos casos de contaminação de hemofílicos com o vírus da AIDS - que eram atribuídos a transfusões de sangue, como o do cartunista Henfil - poderiam ter sido causados por medicamentos contaminados. Diante da situação, as autoridades do Ministério da Saúde ressaltavam a importância da veiculação de matéria jornalística para alertar os possíveis consumidores do medicamento.

Chocada com o que documentava, a repórter preocupou-se em produzir uma matéria cautelosa, mas que fosse capaz de funcionar como alerta aos consumidores de **gamaglobulina** e dos demais hemoderivados do laboratório **Behring**. A matéria foi editada em Brasília e enviada à sede da **Globo**, no Rio. Mas não foi ao ar nesta noite e nem em qualquer outro dia. Ocorre que o laboratório **Behring** pertence ao grupo **Hoescht**, um dos maiores anunciantes da **Globo** e parceiro da **Fundação Roberto Marinho** no projeto **Ciranda da Ciência**.

Interpretando os interesses do seu anunciante, que tem o sugestivo **slogan** "Química a Serviço da Vida", neste 26 de fevereiro, a **Rede Globo** admitiu ficar "a serviço da morte" e pode ter contribuído, junto com a irresponsabilidade do Ministério da Saúde, a sujeitar à contaminação com o vírus da AIDS de dezenas, talvez centenas de consumidores de **gamaglobulina** que poderiam ter sido alertados mas não o foram.

Quem trabalha em redações de jornal, rádio ou televisão, é testemunha cotidiana de fatos, talvez não tão dramáticos como este, mas que atestam a submissão do interesse público ao privado e as consequências de uma atuação orientada exclusivamente pela lógica da mercadoria. Os meios de comunicação de massa no Brasil configuram uma perversa máquina de poder que opera uma insidiosa usurpação do público pelo privado, uma verdadeira afronta à cidadania.

## A CONCENTRAÇÃO

A televisão é o principal veículo de comunicação do país. Em 1991, absorveu 56% do montante das verbas publicitárias de um mercado de 1,91 bilhões de dólares. Essa concentração das verbas na televisão é uma das faces de um mercado extraordinariamente concentrado por um único grupo empresarial. Apenas a **Rede Globo** absorve diretamente quase 40% da totalidade das verbas publicitárias investidas no país. Somando o faturamento dos demais empreendimentos das organizações Globo na área da comunicação - jornal **O Globo**, rede de emissoras AM e FM, editora **Globo** - essa participação no mercado fica perto de 50%. Mas ainda há mais. Os principais grupos regionais de comunicação - com os maiores jornais e redes de emissoras AM e FM - são vinculados, na maioria dos Estados, às **afiliadas** da **Rede Globo**. Assim, direta e indiretamente, as organizações **Globo** controlam algo em torno de dois terços de todo o mercado de comunicação.

A **Rede Globo** é o exemplo caricato de um mercado extremamente concentrado em todos os seus segmentos. A **Federação Nacional dos Jornalistas** estima que cerca de 90% de tudo o que se lê, se vê e se ouve através dos meios de

comunicação do país origina-se de conglomerados de propriedade de apenas 9 famílias (Marinho, Santos, Saad, Bloch-Grupo IBF, Frias, Mesquita, Levy, Nascimento Brito, Civita)<sup>6</sup>.

#### OS BENEFICIADOS

A televisão constitui a espinha dorsal dos sistemas de comunicação, por sua importância econômica e política, unificando o mercado e exercendo uma poderosa capacidade de determinação da cultura, em caráter massivo e nacional. No plano nacional, a televisão cumpre o papel unificador exercido pelo rádio no plano local, integrando audiências de analfabetos e o imenso contingente da população que não tem condições de adquirir jornais e revistas. A radiodifusão, isto é, a televisão e o rádio no seu conjunto, em 1991, absorveram 61,1% do mercado.

Mais do que potencialidade econômica, o peso da radiodifusão revela poder político, tanto na sua atuação, como na sua própria organização. Até 1988, o "direito" de acesso às concessões e permissões de frequências e canais dependia de uma decisão pessoal do presidente da República. Isso perdurou por 57 anos tolerado pela sociedade civil. Em apenas três anos e meio de atuação, o governo Sarney aumentou em quase 50% o número de emissoras criado em 54 anos. Foram 1.028 concessões e permissões utilizadas por Sarney - que posou de estadista no processo de *impeachment* de Collor - para barganha de votos na Constituinte, especialmente em troca dos seus cinco anos de mandato. Apenas no período crítico de disputa, que inicia com a criação do **Centrão** - entre novembro de 87 e setembro de 88 - foram distribuídas 586 emissoras. Já com a posição final do Congresso definida - aprovado em plenário o texto incluindo dispositivo que dava ao Congresso a palavra final sobre as concessões e permissões - Sarney ainda teve coragem de distribuir 257 emissoras em setembro e outras 25 em outubro, até a véspera da promulgação da nova Constituição, no dia cinco. Isso ocorreu sem nenhuma reação da sociedade civil correspondente à gravidade do problema.

Hoje restam menos de 15% das frequências e canais tecnicamente viáveis no país<sup>7</sup>. Foi praticamente esgotado o espectro eletromagnético, através de outorgas para beneficiar grupos, barganhar votos, influenciar decisões, além de compadrio e, não raro, corrupção. Foi assim que os setores mais conservadores do país - que se submetem ou mantiveram relações de compromisso com os governantes - passaram a controlar o núcleo estruturador dos sistemas de comunicação no Brasil, que é a radiodifusão. Fazem parte deste seleto "time" de beneficiados, empresas pertencentes a familiares de personalidades como o próprio ex-presidente José Sarney, o atual presidente Collor, e o ex-ministro das Comunicações e atual governador da Bahia, Antônio Carlos Magalhães. As empresas das famílias desses três personagens<sup>8</sup>, aliás, são **afiadas da Rede Globo**.

#### EXECUTIVO DOMINA

Mesmo com a Constituição atribuindo ao Congresso a competência de homologar a outorgas de concessões e permissões, o Executivo continuou "dando as cartas" sobre os sistemas eletrônicos de comunicação de massa. O Executivo prosseguiu aprovando sozinho as transferências de outorgas. Desse modo, para se obter uma FM de 0,5 quilowatts em Cacimbinhas, no interior do Rio Grande do Sul, é preciso a aprovação do Congresso. Mas para se transferir as concessões de uma rede nacional de televisão - como ocorreu em junho último com a Rede Manchete, adquirida da família Bloch pelo grupo IRF - basta a chancela de um burocrata da Secretaria Nacional de Comunicações. Além desse poder, o Executivo pode manobrar com o bilionário montante das verbas publicitárias federais, que chega a 15% do mercado, ajudando na sustentação de determinados grupos como ocorreu com a Rede OM<sup>9</sup>, do empresário paranaense Carlos Martinez, ex-caixa de Collor na campanha de 89. Neste caso, a Rede OM, criada no início de 92, pretendia constituir uma linha de apoio ao governo Collor e, segundo apurou a CPI do Caso PC Farias, também foi financiada com cheques de fantasmas e do próprio PC Farias<sup>10</sup>.

Tão grave quanto isso é a interpretação, assumida pelo Executivo, de que a competência do Congresso se esgota nas tecnologias convencionais de rádio e televisão. O Executivo, assim, desde o governo Sarney, vem acelerando a implantação das novas tecnologias, regulamentadas por decretos e portarias e autorizadas exclusivamente pelo governo federal (ver Quadro).

A gigantesca e impermeável máquina de poder já constituída pelos sistemas de rádio e televisão, passa a ser fortalecida e modernizada com a distribuição autoritária e excludente das novas tecnologias. Os mesmos grupos, os setores mais conservadores do país, que já controlam os atuais sistemas de comunicação, estão recebendo do governo federal os instrumentos para a montagem dos sistemas dominantes de comunicação do próximo século. Até agora, ainda sem contraposição significativa da sociedade civil.

#### NOTAS

<sup>1</sup> Além da apreensão da *gamaglobulina*, foram os seguintes os hemoderivados interditados cautelarmente, segundo esclarece nota oficial do Ministério da Saúde emitida em 26/2/88: albumina humana 20%, crioprecipitado, fibrogênio humano, gamavenina, globulin superimune contra-pertussis, metargan, betanogama e betanovenina.

<sup>2</sup> Depoimento concedido ao autor.

<sup>3</sup> O motorista da sucursal da Rede Globo que atendia à repórter entrou em pânico ao tomar conhecimento dos fatos pois seu filho, recentemente, havia consumido *gamaglobulina*.

5 Em 1991 a Editora Globo faturou 122,4 milhões de dólares e o jornal O Globo 115,6 milhões de dólares (In: MAIORES E MELHORES. Exame. São Paulo, Editora Abril, ago.92, p.56 e p.58.) a estes empreendimentos somam-se as 15 emissoras de rádio (10 AM e 5 FM) que lideram o Sistema Globo de Rádio, também integrado por outras 41 emissoras afiliadas.

6 FENAJ. Proposta dos jornalistas à sociedade civil. Florianópolis, FENAJ/UFSC, 1991, p.16.

7 Até abril de 1992, haviam sido outorgadas 1.565 frequências de rádio AM, 1.237 frequências de rádio FM e 256 canais de televisão, conforme dados da Secretaria Nacional de Comunicações.

8 Respectivamente a TV Mirante, do Maranhão; a TV Gazeta, de Alagoas; e a TV Bahia, da Bahia.

9 Estima-se que nos primeiros meses de 1992, a Rede OM tenha sido contemplada por verbas de publicidade de estatais estimadas em 1,5 milhões de dólares por mês, coincidentemente, valores que cobriam exatamente as despesas operacionais da empresa que ficavam em torno de 1,3 milhões de dólares mensais. Esse aporte de recursos públicos cessou com o início das denúncias que levaram à aprovação do pedido de *impeachment* de Collor. In: UM BOM MAU NEGÓCIO. Veja. São Paulo, Editora Abril, 23 set.92, p.93

10 Op. cit. p.92-3.

# O AVANÇO SOBRE AS NOVAS TECNOLOGIAS

*A palavra de ordem é "criar situações de fato"  
e beneficiar os grupos dominantes.*

## NOVA TECNOLOGIA

## O QUE É

## SITUAÇÃO ATUAL

### TV EM UHF

Utiliza os canais 14 a 83, em ultra *high frequency*, ocupando as faixas de 470 a 890 MHz. Via ar, possibilita cerca de 35 canais numa mesma região.

Elaborado pelo governo Sarney um Plano de Distribuição de Canais baixado pela Portaria 194 de 5/8/88, incluindo 156 emissoras em 32 cidades. As autorizações não passam pelo Congresso Nacional.

### TV POR ASSINATURA

Trata-se de emissora de TV em UHF operando com sinal codificado, para ser recebido por assinantes através de um decodificador especial.

Regulamentada pelo Decreto 95.744 de 23/2/88, baixado pelo governo Sarney. 25 autorizações distribuídas sem a homologação pelo Congresso Nacional.

### TRANSMISSÃO DIRETA VIA SATÉLITE

Transmissão, através de satélite, de canais com sinal codificado que são recebidos por assinantes, com aparelho decodificador, através de antenas parabólicas.

Sem regulamentação específica. Operada pela **Rede Globo (Globosat)** que está criando uma situação "de fato" com sua atuação e vem praticamente monopolizando recursos do satélite Brasilsat.

### MMDS

A partir de uma mesma antena são emitidas em microondas até 31 canais com sinal codificado que são recebidos por assinantes dotados de antenas especiais e decodificadores. A limitação é a exigência de que haja contato visual entre a antena transmissora e a receptora, sem obstáculos.

Sem regulamentação definitiva. Mas 6 empresas já receberam autorização para operar, cada uma, quatro canais, sem a homologação do Congresso e criando uma situação "de fato", antes da regulamentação do serviço.

### CABODIFUSÃO (TV A CABO)

Através de uma rede de cabos coaxiais, semelhante à de telefonia, uma central de transmissão é ligada diretamente às residências dos assinantes, que recebem, com alta qualidade, os canais da TV convencional em VHF, e dezenas de outros canais em UHF, transmissão de áudio ou de dados. O sistema possibilita serviços de telecomunicações, telecompras, consultas médicas à distância, teleconferências, aulas e uma infinidade de outros serviços. Com a rede sendo de cabos de fibra ótica, o número de canais pode chegar à casa das centenas. É o sistema de comunicações do futuro, em expansão em todo o mundo.

Desde 1974, todos os governos federais tentaram implantar o sistema para beneficiar grupos. Para criar uma situação "de fato" e dissimular o início da sua implantação, o governo Sarney, através da Portaria 250 de 13/12/89, autorizou a implantação de redes, denominando o serviço de **DISTV**. Além de 5 autorizadas pelo governo Sarney, o governo Collor distribuiu 93 autorizações, nos principais mercados, e desde 1991 tentou aprovar, por Decreto, uma regulamentação definitiva. Não há homologação do Congresso sobre as autorizações.